



Amorim pede apoio para modernizar Forças Armadas



Márcia Kolumbe/Senado Federal

Ministro da Defesa argumenta que, entre os Brics, Brasil é o que menos investe no setor

Em debate realizado na Comissão de Relações Exteriores, ministro da Defesa, Celso Amorim, defendeu orçamento maior para projetos como o desenvolvimento de submarino nuclear e a fabricação do blindado Guarani. **4**

José Carlos de Nardi, Celso Amorim, Fernando Collor e Luiz Henrique: orçamento da pasta, de 1,39% do PIB, é quase a metade da média mundial, de 2,6%

Senadores querem leis estaduais para o meio ambiente **3**

Senado muda norma para homenagens em Plenário **2**

Professor da USP vê impunidade como desafio para saúde **6**

Legado da Copa para segurança é destacado **5**



José Cruz/Senado Federal

Seminário realizado ontem no Congresso discutiu direitos dos casais homossexuais

União homossexual precisa de regra uniforme no país, diz Marta

Segundo Marta Suplicy, decisão do STF de reconhecer a união homossexual

como família não está sendo observada da mesma maneira nos estados. **8**



Luiz Alves/Senado Federal

Eunício (C) com farmacêuticos, optometristas, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e outros

Projeto do Ato Médico é criticado por outros profissionais de saúde

Valadares proporá em seu relatório mudanças no texto sobre atividades privativas

de médicos. Em debate na CCJ, projeto foi acusado de "reserva de mercado". **7**

IV CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL

TEMA:

o Brasil que a gente quer é a gente quem faz



O finalista de cada estado participará do Projeto Jovem Senador.

Mais informações

Site: www.senado.gov.br/concursoredacao

Twitter: @redacaosenado

Blog: concursoredacao.wordpress.com



Em reunião realizada ontem, Mesa do Senado decidiu diminuir o número de homenagens para compatibilizá-las com as atividades da Casa. Medida tem de passar pelo Plenário

Mesa quer limitar sessões de homenagem a duas por mês

EMBORA RECONHEÇA A importância de celebrar fatos, personalidades e instituições de relevância na vida nacional, o Senado adotará novos critérios para a realização de sessões de homenagem a fim de compatibilizá-las com as atividades da Casa. A decisão foi tomada em

reunião da Mesa do Senado, realizada na manhã de ontem, devendo ainda ser submetida a Plenário.

Os integrantes da Mesa chegaram a essa conclusão depois de examinar o Projeto de Resolução 22/08, votado pela Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ) e que fixa novos parâmetros para as homenagens.

Os senadores resolveram então aprovar substitutivo restringindo as referidas sessões especiais às segundas e sextas-feiras e permitindo a realização de somente duas por mês.

Novas regras para comemorações

O texto aprovado pela Mesa altera o Regimento Interno da Casa para fixar as seguintes mudanças

1. A sessão especial será realizada exclusivamente para comemoração ou homenagem, em número não superior a duas por mês, às segundas ou sextas-feiras.
2. As inscrições de homenagens, pesar ou comemoração que não puderem ser atendidas numa sessão serão transferidas para a sessão do dia seguinte.
3. O Senado poderá interromper a sessão ou realizar sessão especial para comemoração ou recepção de altas personalidades, a juízo do presidente ou por deliberação do Plenário, mediante requerimento de seis senadores.
4. Salvo a recepção a chefe de Estado ou de governo, a sessão especial somente poderá ocorrer duas vezes por mês, às segundas ou sextas-feiras, e quando não houver ordem do dia previamente agendada.
5. A homenagem à mesma efeméride ou personalidade somente poderá ocorrer uma vez a cada dez anos.
6. A primeira comemoração somente poderá ocorrer após 25 anos do fato.
7. A sessão especial terá a duração máxima de duas horas.
8. Em sessão especial, poderão ser admitidos convidados à Mesa e no Plenário.
9. O parlamentar estrangeiro só será recebido em plenário se o Parlamento do seu país der tratamento igual aos congressistas brasileiros.
10. A sessão especial será convocada em sessão, por meio do *Diário do Senado*, ou por outro meio oficial de comunicação, e nela somente usarão da palavra os senadores previamente designados pelo presidente ou por líder de partido ou bloco parlamentar.
11. Não serão concedidos apartes nas sessões especiais.

Marta elogia mudança no plano de saúde do Senado

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), explicou que as mudanças feitas no plano de saúde dos servidores da Casa, conhecido como SIS, tornarão suas regras mais próximas às dos planos privados. O reajuste das mensalidades e outras alterações foram aprovadas em reunião da Mesa do Senado ontem.

Pelas novas regras, o servidor pagará um valor adicional para cada dependente inscrito, que vai variar de acordo com a faixa etária. Segundo Marta, a mudança ajuda a combater o déficit do plano, que atende a servidores efetivos, comissionados, aposentados e pensionistas. – Vai ser como um plano normal. Só que o funcionário paga muito menos, porque paga um terço e não um valor total, como qualquer pessoa que faz um



Segundo a senadora, novas regras vão diminuir o déficit do plano

plano de saúde. O Senado paga dois terços [o servidor paga ainda 30% do valor dos procedimentos]. O funcionário vai ter acesso a exatamente o que tinha antes, vai pagar um pouco mais e o SIS não vai fechar daqui a um tempo de tão deficitário que poderia ser – explicou Marta.

Apesar da idade mais avançada, os aposentados não terão

aumento nas mensalidades, conforme informou a diretora-geral, Doris Peixoto. As mudanças passarão a valer a partir de outubro, quando entra em vigor a nova tabela.

A Mesa do Senado também determinou o fim dos plantões da Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams) após meia-noite. O plantão funcionará de segunda a sexta-feira, das 19h às 24h.

A redução de pagamentos por hora extra e adicional noturno na Sams representará, de acordo com a Diretoria-Geral, economia de aproximadamente R\$ 720 mil para a Casa.

Em abril, os plantões do serviço médico deixaram de funcionar nos fins de semana e feriados. A mudança faz parte da estratégia de racionalização dos recursos do Senado.

Em nota, Diretoria-Geral explica medidas

A Comissão Diretora do Senado Federal aprovou hoje [ontem], para vigorar a partir de 1º de outubro deste ano, alterações no Sistema Integrado de Saúde (SIS), o plano de assistência médica dos servidores ativos (efetivos e comissionados), inativos e pensionistas, e seus dependentes. O universo atual é de 18 mil segurados.

O sistema é financiado por recursos dos beneficiários e do Orçamento da União e, a exemplo da maioria dos demais planos de saúde do setor público federal, adota o modelo de autogestão.

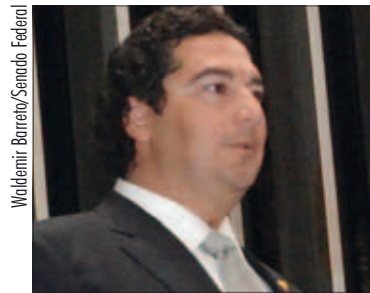
As medidas objetivam ajustar as receitas aos crescentes custos dos serviços de saúde, decorrentes da incorporação de tecnologias cada vez mais caras e do aumento da idade média dos usuários do SIS. As alterações, que seguem os princípios de equidade e sustentabilidade, visam ajustar o valor da mensalidade a fatores atuariais e determinar com precisão o universo

de dependentes admissíveis. Estima-se a elevação da receita das mensalidades em R\$ 6 milhões por ano, sobre a base atual de R\$ 25 milhões, um crescimento de 24%.

A mensalidade, antes cobrada por núcleo familiar, passa a ser por beneficiário e com valor proporcional à faixa etária e à vinculação ao titular. Assim, o número de beneficiários, suas relações de parentesco e suas idades é que determinarão o custo da mensalidade para o servidor.

Os critérios para admissão de dependente no sistema são os estabelecidos na legislação do Imposto de Renda.

Os atuais dependentes que não se enquadrem nesses critérios – filhos e enteados maiores de 21 anos, que não estejam cursando ensino superior, e os maiores de 24 anos – estão excluídos do sistema, ressalvada a cobertura dos tratamentos de saúde em curso nesta data, segundo parecer da perícia médica.



Fecury ocupa a cadeira de João Alberto, que assume cargo no governo estadual

Clóvis Fecury assume mandato pelo Maranhão

A Mesa empossou ontem Clóvis Antonio Chaves Fecury (DEM-MA), que assume o mandato de senador no lugar de João Alberto Souza, indicado para o cargo de secretário-chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Maranhão.

Após ser anunciado pelo presidente do Senado, José Sarney, Clóvis Fecury foi conduzido por Wilson Santiago (PMDB-PB) e Lobão Filho (PMDB-MA) à Mesa, para prestar compromisso regimental.

Conselho de Ética do Senado tem presidente interino

Jayme Campos (DEM-MT) vai assumir interinamente a presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em função do afastamento do titular do cargo, João Alberto Souza (PMDB-MA).

O parlamentar, no entanto, já aguarda a indicação de novo titular, a ser feita pelas lideranças partidárias.

Atualmente, nenhum senador é alvo de investigação no Conselho de Ética, segundo informação da secretaria que presta apoio ao órgão, que conta com 15 membros titulares e igual número de suplentes. Jayme Campos é o atual vice-presidente.

Todos os membros do Conselho de Ética são eleitos para mandato de dois anos, observados, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.

Geovani se despede. Vaga será ocupada por Capiberibe

Geovani Borges (PMDB-AP) se despediu ontem do mandato, afirmando ter conduzido sua passagem pelo Senado de forma íntegra e democrática. Ele assegurou ter defendido com empenho os interesses de seu estado, o Amapá.

Suplente do irmão, Gilvam, que se encontra em licença médica, Geovani deixará o mandato para a posse de João Capiberibe (PSB-AP), no início de outubro. Capiberibe obteve no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de assumir a vaga



Senador era suplente do irmão, Gilvam Borges, em licença médica

no Senado. Ele fora impedido de tomar posse ao ter o registro de candidatura negado com base na Lei da Ficha Limpa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Entre os oradores inscritos, está o senador Paulo Paim (PT-RS).

CMO Seminário em Curitiba

9h A Comissão Mista de Orçamento realiza seminário regional, em Curitiba, para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012–2015. Também haverá reunião, no sábado, em Uberlândia (MG).

CPI do Ecad Audiência no Rio

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, que investiga irregularidades na distribuição dos recursos do direito autoral, realiza audiência no Rio de Janeiro para ouvir, entre outros, o diretor da União Brasileira de Compositores, Fernando Brant; a cantora e compositora Fernanda Abreu; e o gerente de Relações Institucionais do Ecad, Márcio do Val.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Lobão Filho, entre Tereza Cruvinel e Daniel Filho, diz esperar que suspensão seja revista

Direção e conselho da EBC divergem sobre conteúdo religioso

A direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) defende a divisão de tempo nos canais de TV para diferentes religiões, enquanto o Conselho Curador da empresa quer que sejam veiculados programas próprios, com conteúdo que reflita a pluralidade de manifestações religiosas.

As posições divergentes foram apresentadas ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, e o conselheiro Daniel Aarão Reis Filho discutiram a Resolução 2/11, do Conselho Curador, que determina a retirada de três programas religiosos da TV Brasil e um da Rádio Nacional de Brasília. Lobão Filho (PMDB-MA), que presidiu o debate, espera que o órgão reveja a suspensão.

CCT anuncia que tentará reverter decisão do órgão

A CCT enviará ofício à EBC condenando decisão do Conselho Curador do órgão de suspender a veiculação de programas religiosos em suas emissoras. A decisão foi tomada após audiência com a diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, e com o conselheiro Daniel Aarão Reis Filho.

Na presidência, Lobão Filho anunciou que apresentará à Mesa do Senado, em conjunto com Marcelo Crivella (PRB-RJ), projeto de decreto legislativo nos moldes de proposta da deputada Lilian Sá (PR-RJ) que tramita na Câmara (PDC 406/11), sustando os efeitos da resolução da EBC. Além de Lobão e Crivella, Anibal Diniz (PT-AC) e Lindbergh Farias (PT-RJ) também criticaram a decisão do conselho da EBC.

Demóstenes: provas do Enem são malfeitas e tendenciosas



Demóstenes Torres

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2010 foram mal elaboradas e apresentam conteúdo tendencioso, e o Enem 2011 deverá apresentar os mesmos problemas, afirmou ontem o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

– A meta oficial é espetar uma estrelinha vermelha no peito de cada um dos 5,4 milhões que lotarão as salas no próximo mês para o Enem 2011 – disse.

Para Demóstenes, os textos do exame fazem doutrinação ideológica de esquerda, são generalistas e apresentam “salamaleques esquerdistas”.

Senadores e deputados da Amazônia que participaram de audiência pública no Senado afirmaram que as particularidades regionais precisam ser levadas em conta nas discussões da reforma do Código Florestal

Parlamentares defendem autonomia dos estados para criar leis ambientais

PARLAMENTARES DA AMAZÔNIA defenderam que os estados tenham mais autonomia para legislar sobre o meio ambiente. Eles falaram ontem, no Senado, numa audiência pública sobre os impactos da reforma do Código Florestal sobre a Amazônia.

O projeto de lei do novo Código Florestal (PLC 30/11) foi aprovado recentemente com modificações, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O texto tem de passar por três comissões antes de ir a Plenário. Isso, segundo o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), pode acontecer até 10 de novembro.

Na audiência, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o código não pode dar tratamento uniforme a todo o país, por causa das diversidades regionais.

Ao propor um tratamento diferenciado para a Amazônia, Mozarildo lembrou que a região abrange cerca de 60% do território nacional e não é constituída por um único ecossistema.

O deputado estadual do Acre José Luis Shafer (PDT), presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, defendeu tanto a aprovação do novo Código Florestal quanto a criação de leis estaduais sobre o tema.



Mozarildo Cavalcanti (2º à esq.) e Acir Gurgacz (3º à esq.) participam de audiência sobre Código Florestal

O mesmo raciocínio apresentou o deputado estadual de Roraima Mecias de Jesus (PR), presidente do Parlamento Amazônico. Nas palavras dele, “muita gente legisla sobre a Amazônia sem conhecê-la”.

– Em Roraima, grande parte da cobertura vegetal não é de Floresta Amazônica, mas a legislação trata genericamente o tema. Ficamos impedidos de promover a cultura de cana-de-açúcar, entre outras, num ambiente em que não seria neces-

sário derrubar uma árvore sequer.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) também se manifestou favorável a uma maior autonomia para os estados.

Em contraste, o senador Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que, pela Constituição, os estados não deveriam legislar sobre essas questões. Ex-procurador da República, Taques argumentou que o ideal é que o código estabeleça “normas gerais que atendam aos biomas diferenciados”.

Jayme Campos quer ouvir deputados estaduais e vereadores



Senador Jayme Campos afirma que Executivo precisa ver o país tal como ele é, diferenciado

O senador Jayme Campos (DEM-MT) sugeriu que, nas discussões sobre a reforma do Código Florestal, o Senado ouça parlamentares dos estados e municípios da região Norte. Para ele, essa reforma “é uma das matérias mais importantes que se discute nesta Casa”. Ele considerou uma “oportunidade ímpar” a reunião conjunta em que foram ouvidos deputados estaduais da região amazônica.

– Quem sabe das nossas dificuldades

somos nós, que moramos no Norte do Brasil – afirmou ele, lamentando as “políticas perversas” que prejudicam os quase 24 milhões de habitantes da região.

Segundo ele, o Brasil é “muito diferenciado”, por isso, o Executivo tem de enxergar as regiões também de forma diferenciada. Ele deu o exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), que utiliza uma mesma tabela de pagamento de serviços para todo o país.

Aumento da compensação por mineração será discutido em audiência conjunta

Proposta que altera a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) será discutida em audiência pública conjunta pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). A realização do debate foi aprovada ontem, após a concessão de vista coletiva do projeto (PLS 1/11) do senador

Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O relator, Aécio Neves (PSDB-MG), apresentou substitutivo que altera mais ainda a lei relativa à Cfem, aumentando essa compensação financeira para até 5% sobre o valor do faturamento bruto resultante da venda do produto mineral, com base nas receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral.

Entre os convidados a debater o assunto com os senadores, estão o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e os governadores Simão Jatene (Pará), Antonio Anastasia (Minas Gerais), Marconi Perillo (Goiás) e André Puccinelli (Mato Grosso do Sul).



Lúcia Vânia concede vista coletiva a projeto de Flexa Ribeiro (C)

Nova reunião vai debater concessões no setor elétrico

As concessões no setor elétrico serão discutidas em audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). A CI aprovou ontem a realização de um debate com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e outras duas autoridades na área. Serão convidados, além do ministro, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Rodrigo Costa da Rocha Loures.

A CI também vai debater, em data a ser marcada, a situação das rodovias e ferrovias e de suas concessões, de acordo com proposta do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), aprovada ontem pela comissão.

Valdir Raupp destaca investimentos em energia em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou ter participado da cerimônia de início do barramento da Usina Hidrelétrica de Jirau. Ele destacou que a usina, com capacidade total de 4.050 megawatts, é resultado de investimentos de mais de R\$ 30 bilhões do governo federal em Rondônia.

– O potencial de energia hídrica no Norte do Brasil ainda é grande. Que bom

que temos a Amazônia, onde chove em abundância todos os anos, e os rios são caudalosos, com cachoeiras importantes, para se construir essas usinas e, assim, sustentar o crescimento da economia – disse.

Raupp destacou ainda que estão em andamento no estado a reforma da Hidrovia Madeira–Amazonas e a instalação da zona de processamento de exportação (ZPE) de Porto Velho.



Senador ressalta que também está sendo tocada a reforma da Hidrovia Madeira–Amazonas

O desenvolvimento de submarino nuclear e a fabricação do blindado Guarani estão entre os programas para os quais o ministro da Defesa solicitou dotação orçamentária

Márcio Kolumbe/Senado Federal



General José Carlos de Nardi, Celso Amorim e Fernando Collor: pedido de apoio a reaparelhamento das Forças Armadas

Amorim: dos Brics, Brasil é o que menos gasta em defesa

O BRASIL GASTA menos em defesa, em relação ao produto interno bruto (PIB), que os demais países que integram os Brics – sigla para agrupamento que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A informação foi dada ontem pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ao pedir apoio para projetos de modernização das Forças Armadas.

Segundo o ministro, o Brasil emprega atualmente 1,39% de seu PIB em defesa e tem man-

tido uma média anual próxima a 1,5% de seu produto. A média mundial situa-se em 2,6%, quase o dobro da brasileira. A Índia emprega 2,8% de seu PIB, enquanto a China tem destinado ao setor 2,2%. Só a África do Sul, que acaba de ingressar nos Brics, tem média (1,3% do PIB) semelhante à do Brasil.

Programas

Entre os programas mais importantes de seu ministério, ele citou o de desenvolvimento de um submarino nuclear. Dos R\$ 2,8 bilhões solicitados para o

Orçamento de 2012, R\$ 2,1 bilhões foram incluídos no projeto encaminhado ao Congresso.

No Exército, citou o blindado Guarani, que deverá ser fabricado em Minas Gerais. O ministro disse também que não existe ainda definição a respeito da compra dos novos caças que equiparão a Força Aérea Brasileira.

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), defendeu o lançamento de um satélite geoestacionário brasileiro para garantir total confiabilidade às comunicações militares.

Indicação para embaixada no Haiti vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação do novo embaixador brasileiro no Haiti, José Luiz Machado e Costa. A relatora foi Ana Amélia (PP-RS). Em sua exposição, o embaixador ressaltou a necessidade de diplomatas e militares trabalharem em conjunto naquele país.

Antes da exposição, o ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que há no governo brasileiro a percepção de que é preciso reduzir as tropas a níveis anteriores ao terremoto.

– Todos concordam que uma redução gradual é necessária. Não podemos nos eternizar e nem sair de forma irresponsável – disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu a criação de programa de renda básica no Haiti. Já Blairo Maggi (PR-MT) informou que, no Brasil, pequenas hidrelétricas como a que está prevista para o Haiti são construídas com orçamentos bem menores. Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a construção da hidrelétrica por empresa brasileira, sob regime de concessão.



Fonte: CIA World Factbook



Embaixador de Cuba (E), Carlos Rodríguez, José Sarney e o chanceler cubano Bruno Parrilla

Sarney e chanceler lembram reatamento de relações com Cuba

O 25º aniversário do reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba foi lembrado ontem em visita do ministro das Relações Exteriores daquele país, Bruno Rodríguez Parrilla, ao presidente do Senado, José Sarney. O chanceler, que também se encontrou com a presidente Dilma Rousseff, explicou que o objetivo da visita foi reforçar o desejo de incrementar o comércio bilateral.

De acordo com o Itamaraty, o comércio entre Brasil e Cuba tem aumentado significativamente. Em 2011, o intercâmbio bilateral somou US\$ 413 milhões até o mês de agosto. Os principais produtos exportados pelo Brasil são óleo de soja, cereais e carnes. Um dos acordos mais importantes é o da construção do Porto de Mariel, que será o maior de Cuba, e deve ser concluído em dezembro de 2013.

Chanceler cubano quer ajuda para libertação de presos

No Senado, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez Parrilla, pediu apoio para a libertação de cinco cubanos que estão detidos nos Estados Unidos acusados de terrorismo. Em Cuba, porém, são considerados presos políticos.

Parrilla esteve na Liderança do PT e se reuniu com o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba.

– Quero agradecer ao Parlamento brasileiro pela postura em defesa dos direitos humanos internacionais – disse o ministro cubano.

O Grupo Parlamentar Brasil-Cuba é presidido pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

– Conseguimos autorização do governo norte-americano para fazer visita oficial e formal aos prisioneiros – afirmou ela.

O documento está tramitando na Comissão de Relações Exteriores.

Alvaro Dias espera que Brasil supere impasse com a Itália

Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou a preocupação da bancada italiana no Parlamento Europeu quanto à visita da presidente Dilma Rousseff à instituição, agendada para 4 de outubro, por considerar que a não extradição do ativista Cesare Battisti decorreu de “decisões insensatas”. Os europeus, segundo carta lida pelo senador, sugeriram um encontro de Dilma com as famílias das vítimas de Battisti,

mas comemoraram a criação de um grupo italo-brasileiro para avaliação dos aspectos jurídicos do caso, o que consideraram uma “abertura de diálogo” por parte do Brasil.

O parlamentar espera que a participação de um brasileiro no grupo que discutirá o caso Battisti não seja só uma encaenação para que a presidente Dilma possa comparecer ao Parlamento Europeu sem constrangimento.

Gerardo Magêlo/Senado Federal



Senador tenta evitar que religioso tenha pena de morte decretada

Crivella pede apoio a pastor do Irã ameaçado

Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu ao Senado que faça apelo para que o pastor Youcef Nadarkhani não seja condenado à morte. Ele foi acusado de apostasia (abandono da fé). A Sharia, conjunto de leis islâmicas, condena à morte iranianos de uma família muçulmana que deixam o islamismo. O pastor não teve a pena de morte decretada, mas está preso. O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), comprometeu-se a entregar ao presidente do Senado, José Sarney, documento a ser enviado à Embaixada do Irã.

Jayme Campos propõe cadastro de estudantes

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem que proporá a criação de um portal na internet com informações sobre estudantes estrangeiros no Brasil. A iniciativa é decorrente da morte do estudante Toni Bernardo da Silva, nascido na Guiné-Bissau, que morreu após ser espancado em um restaurante de Cuiabá.

– O Cadastro Geral do Estudante Estrangeiro não é para bisbilhotar a vida dos jovens. Trata-se de uma ferramenta que pode ser útil no apoio às carências e às dificuldades desses visitantes em nosso país – garantiu o senador, informando que a sugestão partiu da embaixadora da Guiné-Bissau no Brasil, Eugénia Pereira Saldanha de Araújo.

– A embaixadora traça um retrato preocupante da condição de vida dos estudantes estrangeiros em nosso país: sem amparo institucional, sem acompanhamento psicossocial e sem garantias de sustento digno – relatou Campos.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Parlamentar alerta que eventos internacionais estão próximos

Paim defende fortalecimento do setor turístico

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem o fortalecimento do turismo nacional. O senador disse que o país precisa incrementar a infraestrutura turística, já que sediará a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

– Conforme pesquisa recente, cerca de 10% da força do trabalho global em empregos diretos e indiretos vêm do turismo, e a expectativa é de que haja um crescimento que dobre essa porcentagem – disse o parlamentar.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Senador diz que fez palestra sobre modelo brasileiro de renda básica

Suplicy relata participação no Parlatino

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Plenário que participou de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional do Parlamento Latino-Americano (Parlatino).

Ele fez uma palestra sobre o modelo de renda básica brasileiro, previsto na Lei 10.835/04, e sobre as políticas e programas de redução da pobreza adotados pelo país.

Os trabalhos do Parlatino foram realizados na cidade de Oranjestad, capital de Aruba, na América Central.

Luiz Henrique lê mensagem das cooperativas aos parlamentares

Em carta dirigida aos parlamentares, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ressalta que o movimento cooperativista tem trabalhado para que mais de 30 milhões de pessoas envolvidas com o setor cresçam e executem projetos de sucesso. O destaque foi feito quarta-feira pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC). A carta prossegue explicando que a OCB integra um sistema composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e pela Confederação Nacional das Cooperativas.

Luiz Henrique assinalou que a OCB representa 6.652 cooperativas, defendendo um modelo de negócio que promove a eficiência econômica e a eficácia social por meio do atendimento direto aos mais



Luiz Henrique

de 9 milhões de cooperados. Essa rede atua em 13 ramos, que vão do agropecuário ao turismo e ao lazer. Cerca de 50% de tudo o que é produzido no campo passa pelas cooperativas. As exportações de janeiro a agosto deste ano somaram US\$ 3,9 bilhões, um crescimento de 32% em relação ao mesmo período do ano passado.

– A expectativa é alcançar US\$ 5,8 bilhões em dezembro. Isso é resultado, diz a OCB, da profissionalização dos negócios e do trabalho de inteligência comercial dos integrantes do sistema cooperativo – frisou o senador, que saudou ainda os integrantes do 3º Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Moka elogia papel de cooperativas agrícolas no país

A balança comercial brasileira só é positiva graças ao agronegócio, afirmou Waldemir Moka (PMDB-MS), e nesse setor é preciso destacar “o papel fundamental do pequeno produtor, que se alia em cooperativas e até vira exportador”. Por esse motivo, assinalou o senador, é preciso fortalecer essas instituições.

Esse, informou Moka, foi um dos pontos discutidos no 3º Se-



Moka pede fortalecimento do setor

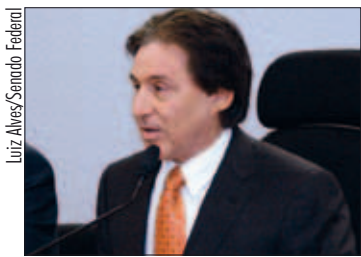
minário da Frente Parlamentar do Cooperativismo, realizado na quarta-feira. No encontro, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, se comprometeu a criar secretaria específica para o cooperativismo brasileiro, segundo o senador.

Eunício comemora as exportações recorde do Ceará

O crescimento das exportações do Ceará foi comemorado por Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O senador citou dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento que apontam recorde nas exportações do estado para o mercado externo, com aumento de 66,7% em agosto em relação ao mês anterior.

O valor total dessas exportações, de acordo com ele, foi de



Eunício: aumento de 66,7% em 1 mês

US\$ 191 milhões.

– Esse desempenho cresce de importância por ter ocorrido em período de crise mundial e vem contribuindo positivamente para a geração de milhares de empregos diretos e indiretos – disse.

Delcídio: “Falta de solução será prova de incompetência”

“Se não for aprovado um texto que contemple estados produtores e não produtores de petróleo, e havendo a derrubada do veto à Emenda Ibsen, a decisão sobre os royalties vai ser da Justiça”, disse Delcídio do Amaral (PT-MS).

– Não apresentando soluções, teremos o veto que pode ser analisado no dia 5 de outubro, o que é um verdadeiro desastre, uma prova de incom-



Delcídio pode levar royalties ao STF

petência do Legislativo. O veto cairá e haverá a judicialização dos royalties – disse.

Delcídio afirmou ainda que a Emenda Ibsen, se levada ao STF, será rejeitada, “por ser inconstitucional e também por quebrar contratos assinados”.

Representantes de governos estaduais onde há cidades-sede afirmam, em audiência, que melhorias realizadas para a Copa foram planejadas para durar depois do evento

Maior legado da Copa para os estados deve ser na segurança

UM DOS PRINCIPAIS legados da Copa do Mundo de 2014 ao Brasil será na área de segurança pública, segundo participantes de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

No Rio de Janeiro, o secretário da Casa Civil do estado, Regis Fichtner, garantiu que, até 2014, a quase totalidade das comunidades será pacificada, trabalho já iniciado pelas unidades de polícia pacificadora. Durante a terceira audiência pública do Seminário Primeira Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014, Fichtner disse que a articulação para executar investimentos visa reconquistar

a segurança e transformar o Rio em um lugar “próspero e seguro”.

O coordenador-geral do Comitê Gestor da Copa 2014 no Rio Grande do Sul, Kalil Sehbe, afirmou que todas as forças de segurança no estado já trabalham de forma integrada, com o Judiciário e com a Interpol e que o governo gaúcho adotou software para monitorar o “mapa do crime” no estado, que possui o maior número de fronteiras secas do país.

Já em Mato Grosso, segundo o diretor de Planejamento da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo

do Pantanal, Yênes de Magalhães, o maior legado esperado da Copa é o incremento do turismo no estado, “que abriga três diferentes biomas e importantes bacias hidrográficas”.

Além dos resultados socioeconômicos, a Copa deve deixar como legado melhor redefinição dos espaços públicos e mais acesso às tecnologias pelos brasileiros, de acordo com Edgar Andrade, da Federação Nacional de Economia Criativa (FNEC). Ele sugeriu o aproveitamento das ações da Copa para a concepção de “cidades criativas, planejadas para que as pessoas morem, trabalhem e se divirtam”.



Alvaro Dias (C) fala sobre a preparação para a Copa de 2014, ao lado de representantes dos estados, na audiência pública

Ato cobra recursos do pré-sal para a ciência

Em ato público, ontem, na Câmara, parlamentares e representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) defenderam a destinação de parte expressiva dos royalties do pré-sal para educação, ciência, tecnologia e inovação.

Durante a reunião, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

disse que essas riquezas são um patrimônio “transgeracional” do povo brasileiro, que deve ser utilizado na melhoria da educação e no fomento à ciência e à tecnologia.

– A descoberta do pré-sal foi fruto dos esforços de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, que permitiu a nosso país se tornar vanguarda na extração de petróleo em águas

profundas – argumentou.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) enfatizou a necessidade de o Brasil transformar a “riqueza finita do petróleo em patrimônio perene dos brasileiros”. Ele é coautor, com Cristovam Buarque (PDT-DF), de projeto (PLS 594/11) com objetivo de destinar recursos do pré-sal para a educação e para a tecnologia.

Aloysio: projeto sobre royalties é pacificador

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem esperar que o Projeto de Lei (PLS) 549/11, elaborado junto com

Cristovam Buarque (PDT-DF), seja um componente pacificador na luta pelo destino dos recursos a serem gerados pela exploração da camada pré-sal.

O senador explicou que o projeto prevê a constituição de um fundo, em que os rendimentos seriam investidos em educação básica (80%) e ciência, tecnologia e inovação (20%).

– Investiremos esses recursos no futuro – resumiu.

Aloysio disse que o projeto não altera a destinação dos recursos já incorporados aos orçamentos dos estados produtores. Ele esclareceu que apenas o que for adicionado a partir dos novos contratos irá para educação, ciência e tecnologia.

Wellington apela à bancada do Rio por novos critérios

Wellington Dias (PT-PI) apelou à bancada do Rio de Janeiro para rever o posicionamento sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Proposta de sua autoria (PLS 448/11) estabelecendo novos critérios de divisão entre os estados pode ser votada na próxima terça-feira.

– Nesta terça-feira, portanto, nós temos condições de votar um parecer que está sendo preparado pelo senador Vital do Rêgo [PMDB-PB], que tem incansavelmente dialogado com todos os pensamentos sobre isso. Creio que chegamos a um limite – disse.

Segundo o senador, sua proposta reduz a parcela da União para beneficiar os estados não produtores de petróleo, sem perdas para o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Santiago defende nova regra para divisão do FPE

A mudança na divisão dos repasses aos estados deverá ser “incansavelmente debatida” nos próximos meses, previu Wilson Santiago (PMDB-PB) ao comentar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O senador destacou a responsabilidade do Congresso Nacional na criação de regras mais justas.

– Essas desigualdades, de fato, têm prejudicado a maioria dos estados brasileiros, permitindo que existam ainda hoje, em pleno século 21, verdadeiros paraísos dentro do território nacional e outros estados vivendo em estado de miséria, de dificuldade, por conta dos mínguaos recursos destinados pelo Fundo de Participação dos Estados – disse.

Professor da Faculdade de Medicina da USP, Fernando Aith sugeriu penas mais severas para gestores que não cumprirem metas definidas em plano

Impunidade de gestores é desafio à saúde pública, afirma especialista

A FALTA DE investimento na educação e a impunidade de gestores são obstáculos para a melhoria do sistema de saúde e das condições sanitárias no Brasil. A opinião é do professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Aith, que ontem participou de audiência pública da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

No encontro, os convidados discutiram e apresentaram sugestões para melhoria do PL 174/11, do senador Humberto Costa (PT-PE), que regula a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além de definir obrigações dos gestores dos governos federal, dos estados e dos municípios, o projeto estabelece sanções, como advertências e multas. Fernando Aith considera as penalidades muito brandas.

– Qual gestor ou autoridade pública vai temer uma advertência? Quem vai adverti-lo? Por que não prever, por exemplo, a perda dos direitos políticos? – questionou.

Para o professor da USP, a autoridade, ao assumir a gestão da saúde, deveria fazer um plano com metas definidas e indicadores de aferição.

– Se o gestor assumisse um plano e não cumprisse, seria possível cobrar e punir.

Fernando Aith também destacou dificuldades no campo penal e administrativo.



Sueli Dallari cobra legislação factível em audiência presidida por Ana Rita (C), com a participação de Fernando Aith (E)

– Nunca vi ninguém ser punido por impedir a entrada de um agente epidemiológico em sua residência. No entanto, trata-se de uma infração administrativa. Está na lei, mas não se cumpre. A verdade tem que ser dita: no Brasil, existe muita complacência – opinou.

Sociedade

A professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, Sueli Gandolfi Dallari, chamou a atenção, principalmente, para a necessidade de elaborar uma lei factível, que possa ser exigida

e cumprida, sem dispositivos subjetivos ou genéricos.

Ao falar sobre responsabilidade sanitária, Fernando Aith lembrou que a saúde pública não depende apenas do Estado, mas também dos indivíduos, das empresas e de toda a sociedade. Observou, no entanto, que a falta de informação e de capacitação impede os cidadãos de exigirem seus direitos.

– O Estado tem que perceber que uma política pública eficaz de saúde não pode ser implementada sem a participação da sociedade. É o que acontece,

por exemplo, com o combate à dengue – exemplificou.

Audiência pública

A subcomissão aprovou a realização de nova audiência pública para tratar do sistema de saúde suplementar. Entre os convidados, representantes da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. A iniciativa partiu da senadora Ana Rita (PT-ES) e do senador Humberto Costa (PT-PE).

Santiago: suplentes de senador devem ser 2º e 3º mais votados

O Senado realizou ontem a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, de três das mais importantes propostas da reforma política, que vem sendo debatida na Casa desde o início do ano. Na presidência dos trabalhos, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) apresentou emenda modificando a proposição 37/11, que reduz de dois para um o número de suplentes de senador.

Com essa emenda, ao final das cinco sessões que integram o primeiro turno de discussão dessas propostas de emendas constitucionais, a PEC 37/11 retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para nova análise. A emenda de Wilson Santiago exige que cada senador seja eleito com dois suplentes e que esses sejam os que, depois do titular, obtiverem o maior número de votos.

– É justo que a vaga da suplência seja preenchida pelo candidato que obtiver maior

número de votos válidos após a definição dos senadores eleitos. Assim, o povo verá, em caso de substituição, alçar como titular ao cargo de senador da República um candidato que obteve também o seu voto.

Na sessão, também foram discutidas as seguintes propostas: – PEC 38/11, que fixa em cinco anos o mandato do presidente da República, governadores e prefeitos e muda a data de suas posses. O texto estabelece a posse dos prefeitos em 5 de janeiro, a dos governadores no dia 10 e a do presidente no dia 15. Hoje, ocorrem em 1º de janeiro.

– PEC 42/11, determinando que mudanças no sistema eleitoral sejam precedidas de referendo.

– PEC 63/11, que amplia para 31 de dezembro de 2012 o prazo de adesão ao regime de pagamento especial de precatórios para estados e municípios, encerrado em dia 10 de março de 2010.

Ana Amélia lembra aniversário da Lei da Ficha Limpa



Waldemir Barreto/Senado Federal

A Lei da Ficha Limpa (LC 135/10), aprovada após mobilização popular, completa um ano sem que sua validade para as próximas eleições esteja garantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), lamentou Ana Amélia (PP-RS). A validade da norma será julgada novamente pelo STF.

A senadora registrou a comemoração realizada na Câmara pela Frente Parlamentar de Combate à Corrupção em razão do aniversário da lei, considerada um marco na luta pela moralidade na política. A norma impede a candidatura de políticos condenados em segunda instância, em decisões colegiadas, pela prática de diversos crimes. Para a senadora, o Congresso tem de se mobilizar para não frustrar a sociedade.

Kátia Abreu comemora registro definitivo do PSD



Moreira Moritz/Senado Federal

Kátia Abreu (DEM-TO) comemorou o registro definitivo do Partido Social Democrático (PSD) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). – Os ministros entenderam que nós estávamos praticando a democracia e o que a lei nos permitia. Nós cumprimos todos os prazos, fizemos um esforço sobrehumano por todo o país na busca de assinaturas e na seleção transparente das assinaturas feitas pelos cartórios de registro – disse.

A senadora comunicou que uma das primeiras ações do novo partido será apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que, em 2015, seja realizada uma ampla revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva.

Rolleberg cobra explicações do Banco do Brasil



Waldemir Barreto/Senado Federal

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) mencionou editorial do jornal *Correio Braziliense* para denunciar que o Banco do Brasil está promovendo o esvaziamento da instituição na capital federal ao transferir funcionários e departamentos para São Paulo.

O senador informou que a bancada brasiliense no Congresso apresentará requerimento convidando o presidente da instituição, Aldemir Bendine, para que preste esclarecimentos nas comissões de Fiscalização e Controle (CMA) e Desenvolvimento Regional (CDR).

– Tenho convicção que a presidente Dilma não permitirá o esvaziamento do Banco do Brasil em Brasília, o que em última análise significaria o esvaziamento da capital – declarou.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • Marta Suplicy • Ana Amélia • Geovani Borges • Paulo Paim • José Sarney • Mozarildo Cavalcanti

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Proposta que define atividades privativas dos médicos vem sendo discutida há dez anos no Congresso e ainda gera polêmica com outras categorias



José Pimentel (4º à esq.) coordena a audiência com representantes de enfermeiros, médicos, fisioterapeutas e optometristas, na Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Ato Médico é acusado de tentativa de reserva de mercado

O PROJETO DE Ato Médico foi condenado por representantes de outros profissionais da saúde ontem, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A avaliação é de que a matéria (SCD 268/02), que tramita há quase dez anos no Congresso, busca reserva de mercado para médicos, impedindo o exercício de outras profissões a pretexto de regulamentar a Medicina.

Walter Silva, vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia, citou estudos de células para a identificação de câncer (citopatologia). Pelo substitutivo, mais de 18 mil farmacêuticos seriam afastados da atividade, com reflexo sobre a identificação de casos de câncer, notadamente os de colo de útero.

– O prejuízo para a saúde da mulher brasileira será marcante. Quase 60% dos exames são feitos por profissionais que não são médicos – alertou Silva.

Para as associações que se opõem à proposta, o Ato Médico retrocede em relação às diretrizes e princípios estabelecidos na Constituição de 1988 para o Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, ficaria comprometido o modelo de saúde baseado no atendimento universal, igualitário e integral, por equipes multiprofissionais.

– O projeto traz um vírus que

mata o que tem sido construído no país: a ação compartilhada nas ações de saúde – afirmou.

Pelo projeto, o diagnóstico de doenças e a prescrição de tratamento são atos exclusivos dos médicos. Cleide Mazuela Canavezi, do Conselho Federal de Enfermagem, lembrou que a prescrição não é requisito para a aplicação de vacinas nas campanhas de saúde. Ela destacou ainda a opção das mulheres por parto natural, nas chamadas casas de parto, com apoio de enfermeiros, sem a presença obrigatória de médicos.

O presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas (profissionais que prescrevem lentes corretivas), Ivan Rogério Freitas, afirmou que o Supremo Tribunal Federal já deu sentença julgando válida a profissão, existente em mais de 130 países. O presidente do Conselho Federal de Optometria, Ricardo Bretas, disse que o interesse da categoria é exercer a profissão que tem base em lei de 1932.

O presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito) da Bahia e de Sergipe, José Roberto Borges dos Santos, destacou que a diversidade de profissões na área médica é fruto do progresso humano. Ao tentar inibir o exercício de novas competências, conforme assinalou, o projeto do Ato Médico está na “contra-mão da evolução”.

Representantes da classe médica querem mais diálogo

O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz d’Ávila, mostrou-se disposto a participar de quantas audiências sejam necessárias sobre o projeto.

– Esse é um processo democrático e não importa que o debate já esteja durando dez anos – afirmou d’Ávila.

A CCJ terá que se manifestar sobre o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados (SCD 268/02) no fim de 2009. Para d’Ávila, as possibilidades de acordo surgiram antes e durante o debate na Câmara, o que foi contestado pelas entidades das demais profissões de saúde.

O presidente do CFM observou que os médicos nunca participaram das discussões para a regulamentação de outras profissões. Ele ressaltou que já existe jurisprudência de que o diagnóstico de doenças e a prescrição terapêutica são atos privativos dos médicos.

O presidente da Federação Nacional dos Médicos, Cid Célio Jayme Carvalhaes, salientou que precisa ser levado em conta o tipo de formação. Ele lembrou que um médico chega a gastar mais de 8 mil horas de estudos para concluir sua formação, enquanto algumas profissões a concluem em menos de 3 mil horas.

Relator considera o substitutivo “inaceitável”

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) classificou de “inaceitável” o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados ao projeto do Ato Médico (SCD 268/02). Ele é relator da matéria e antecipou a intenção de propor modificações, mas não especificou os pontos que devem ser alterados. Valadares disse que sua intenção é propor um texto que atenda da melhor maneira todas as categorias da área da saúde – atualmente 14 profissões.

– Vou ouvir a todos para buscar a melhor saída. Não queremos um projeto que espalhe a cizânia entre profissionais que, se estiverem divididos, não vão fazer bem seu papel social – comentou.

O vice-presidente da CCJ, José Pimentel (PT-CE), coordenou a audiência, proposta por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Pimentel afirmou que a comissão vai precisar de tempo para um bom parecer. Para isso, disse que será importante ouvir “diversas visões, sem descuidar de nenhuma”.

– A palavra em relação ao tema deve ser equilíbrio – destacou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico de formação. Ele disse que está disposto a contribuir para o que seja “sadio e bom para a saúde pública”.

O substitutivo da Câmara dos Deputados terá ainda de passar pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Votação de bolsa para médico-residente é adiada

Foi adiada para terça-feira, dia 4, a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/11, decorrente da Medida Provisória (MP) 536/11, que trata das atividades de médico-residente e de contribuições a serem pagas aos conselhos profissionais. A votação não ocorreu ontem porque o PLV 25/11 tranca a pauta.

A MP 536/11 reajustou o valor da bolsa paga aos médicos-resi-

dentos, que passa de R\$ 1.916,45 para R\$ 2.384,82, com efeitos a partir de junho de 2011. A alteração foi fruto de negociações para o encerramento de paralisação da categoria.

O benefício vale para quem tem jornada de 60 horas semanais e também é estendido aos residentes das demais profissões da saúde. O projeto determina que a instituição responsável pe-

los programas de residência deve oferecer aos alunos moradia, alimentação e condições adequadas para higiene e descanso.

Pelo projeto, o valor das anuidades cobradas pelos conselhos profissionais será de até R\$ 500 para profissionais de nível superior e de até R\$ 250 para nível médio. As pessoas jurídicas poderão pagar até R\$ 4 mil por ano.

Flexa Ribeiro elogia civismo paraense no jogo da seleção

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou ontem que os mais de 43 mil paraenses deram uma demonstração de civismo ao cantar o Hino Nacional antes do jogo entre Brasil e Argentina, na quarta-feira, em Belém, no estádio Mangueirão, pelo Superclássico das Américas. Os paraenses demonstraram ter recuperado a autoestima após a decepção com o fracasso das tentativas da ex-governadora Ana Júlia Carepa de fazer de Belém uma das subdesdes da Copa do Mundo, acrescentou.

Antes mesmo de tomar posse, segundo o senador, o governador Simão Jatene e a bancada federal do estado estiveram na sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e solicitaram ao seu presidente, Ricardo Teixeira, que um dos jogos da seleção fosse realizado em Belém. O senador também revelou que, no encontro, o presidente da CBF confirmou a capital paraense como uma das subdesdes da Copa América em 2015.

Mozarildo defende retomada de concurso para a PRF



Estradas precisam da Polícia Rodoviária, afirma senador

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu o prosseguimento do concurso público para a Polícia Rodoviária Federal iniciado em 2009 e paralisado por suspeitas de fraude. Ele argumentou que as rodovias do país estão desguarnecidas.

De acordo com o senador, as provas objetivas e de redação chegaram a ser realizadas. Após minuciosa investigação, segundo Mozarildo, o Ministério Público Federal decidiu não cancelar o concurso e determinar seu prosseguimento. O impasse atual é que não há dinheiro reservado no Orçamento da União para dar continuidade ao concurso.

Anibal Diniz sobre críticas a Tião Viana: “Menos, menos”

Anibal Diniz (PT-AC) contestou críticas de Sérgio Petecão (PMN-AC) ao governador do Acre, Tião Viana. Petecão disse ter sido seguido por carros não identificados em viagens pelo interior do Acre e que o governador tenta desmoralizar quem critica sua gestão.

– Eu peço ao senador Petecão que tenha serenidade nessas suas afirmações. Menos, menos, senhor Petecão – afirmou Anibal.

De acordo com o senador, Petecão integrou a Frente Popular do Acre, aliada ao governo, e depois se afastou da coligação pela qual foi eleito.



Anibal aponta que Petecão era da base que governa o Acre

Segundo senadora, decisão do Supremo que reconhece a união estável de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar não tem sido seguida de forma uniforme por magistrados e promotores do país, gerando insegurança

Marta pede a Conselho de Justiça regra para que juízes reconheçam união gay

EM MAIO PASSADO, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo como uma entidade familiar. No entanto, essa decisão não tem sido seguida de modo uniforme no país.

O descompasso levou a coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) no Senado, Marta Suplicy (PT-SP), a pedir ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) norma que uniformize em todos os estados os procedimentos no reconhecimento desse tipo de união.

A iniciativa foi divulgada pela própria senadora ontem, na abertura do seminário Famílias pela Igualdade, realizado pelas comissões de Direitos Humanos

da Câmara dos Deputados e do Senado.

Contradições

De acordo com Marta, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já elaborou sugestões de proposta de emenda à Constituição (PEC) e de projeto de Estatuto da Diversidade Sexual, com o objetivo de adaptar a legislação brasileira à decisão do STF.

– No que tange ao reconhecimento da união estável homoafetiva e sua conversão em casamento, muitas são as dificuldades ainda impostas. Falta regulamentação uniforme aplicável à decisão do STF. Magistrados e promotores têm proferido decisões e pareceres contraditórios, o que gera

muita insegurança, conflitos de competência e necessidade de infundáveis, demorados e injustificáveis recursos a instâncias superiores – lamentou Marta Suplicy.

Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara, o deputado federal Jean Willys (PSOL-RJ) comentou que a ideia do seminário nasceu de um encontro com integrantes do Mães pela Igualdade, grupo de mulheres cujos filhos morreram vítimas da violência contra homossexuais.

– Essas mulheres nos procuraram para dizer que são entidades familiares e têm direito de gozar da proteção do Estado – declarou Jean Willys, autor de proposta de emenda à

Constituição que garante o direito ao casamento civil a todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual.

Conservador

Marinor Brito (PSOL-PA) disse reconhecer a dificuldade de discutir temas ligados à cidadania LGBT “em um Congresso conservador”. Afirmou, no entanto, estar feliz por colocar em pauta o debate sobre o “casamento igualitário”.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, Paulo Paim (PT-RS), informou que o PLC 122/06, que transforma a homofobia em crime, será colocado em votação tão logo Marta Suplicy conclua seu relatório a respeito da matéria.



Cícero Lucena fala de compra de ambulâncias sem licitação

Cícero questiona ambulâncias novas na Paraíba

Em discurso, Cícero Lucena (PSDB-PB) falou de uma reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, sobre o estado caótico de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Ele criticou a decisão do governo da Paraíba de comprar 32 ambulâncias sem licitação mesmo havendo 90 veículos novos do Samu parados, conforme mostrado na reportagem.

Para Lucena, não há razão para firmar contrato emergencial de cerca de R\$ 9 milhões anuais, sem realização de licitação, se no estado há quase uma centena de veículos obtidos por meio do Ministério da Saúde que não foram devidamente adaptados e colocados em circulação por incompetência do governo paraibano.

– O sucateamento da saúde pública é algo que precisa ser enfrentado como prioridade nas três esferas do Executivo.

Amorim diz que SUS precisa de mais verbas

Eduardo Amorim (PSC-SE) pediu mais verbas para a saúde pública no Brasil. Ele, contudo, posicionou-se contra a criação de novo tributo para custear o Sistema Único de Saúde (SUS), semelhante à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Nós já somos um dos países com maior carga tributária em todo o mundo. Não vai ser a criação de mais um que irá resolver as mazelas da saúde pública.

Amorim disse que são necessários mecanismos de controle dos gastos no setor de modo a evitar desperdícios e desvios.

Citando um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o senador apontou como principais problemas do sistema público de saúde a falta de médicos, a demora para o atendimento em postos de saúde e hospitais e a dificuldade para a marcação de consultas com especialistas.



Eduardo Amorim se manifesta contra a criação de imposto para o SUS



Senador Paulo Paim, deputado federal Jean Willys, senadora Marinor Brito e Nadine Borges, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em seminário ontem

Em 2010, Argentina aprovou a lei do “casamento igualitário”

A aprovação da lei do chamado casamento igualitário na Argentina, em julho de 2010, representou uma revolução nos costumes. O reconhecimento de direitos civis em uniões entre pessoas do mesmo sexo deixou a sociedade argentina, tradicionalmente conservadora, mais tolerante.

Esse foi o tom dos depoimentos da juíza Gabriela Seijas, da ex-deputada de Buenos Aires Silvia Augsburger e do escritor e ativista Bruno Bimbi no seminário Famílias pela Igualdade, realizado pelas comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado.

A Argentina foi o primeiro país da América Latina a legalizar a união entre pessoas do mesmo sexo. Segundo Bimbi, a primeira vitória nessa luta ocorreu em 2009, quando a juíza Seijas autorizou o casamento entre dois homens.

A aprovação do casamento igualitário na Argentina contribuiu para dobrar o conservadorismo até da própria família da juíza Gabriela Seijas. Parentes dela que, segundo contou, sentiram vergonha da decisão, em

2009, mudaram de opinião com o advento da nova lei. Esse movimento acabou por se traduzir, conforme ressaltou, em uma gradual redução da homofobia na sociedade argentina.

O ponto de partida na discussão sobre o casamento igualitário na Argentina, de acordo com Silvia Augsburger, foi considerar inaceitável que a união civil entre pessoas do mesmo sexo tivesse classificação diferente da celebrada entre heterossexuais. Além de colocar “uma imensa barreira à homofobia”, a lei argentina teria contribuído para livrar as gerações mais jovens desse preconceito.

– A Argentina precisa que o Brasil aprove sua lei, pois direitos se conquistam, mas não são para sempre – observou Augsburger.

A Federação Argentina de LGBTs agora se mobiliza pela aprovação de projeto de lei que permite a mudança de nome dos travestis no registro civil. A expectativa da federação é que isso ocorra neste ano e tenha o apoio de setores da sociedade que haviam se oposto à união entre pessoas do mesmo sexo.

Juíza assassinada no Rio julgava caso de homofobia

Pouco mais de um ano após perder o filho adolescente Alexandre Ivo Rajão, vítima de ataque homofóbico no Rio, a representante do movimento Mães pela Igualdade, Angélica Ivo, sofreu um revés em sua luta pela punição dos envolvidos no crime. A juíza Patrícia Acioli, responsável pelo caso, foi assassinada em agosto.

– O que eu tinha de concepção de justiça estava nas mãos dessa magistrada. Hoje, não tenho mais certeza de que vai ser feita justiça. Mas, como mulher e cidadã, não vou desistir – declarou ela no seminário Famílias pela Igualdade.

O peso da discriminação também foi sentido pelo diretor de cinema Marcelo Laffitte ainda na infância – ele é filho de uma mulher desquitada na década de 1960. Após dizer “entender, há muito, de exclusão”, ele comentou o episódio real que o motivou a escrever o roteiro e a dirigir o filme *Elvis & Madona*, uma história de amor entre um travesti e uma lésbica.

A inspiração para a trama veio do relato de um travesti na faixa dos 50 anos que,

depois de passar 20 anos longe da família, volta para casa e se apaixona pela mulher do filho.

– Estou convencido de que toda forma de amor vale a pena – declarou Laffitte.

Para o ator Igor Cotrim, que encarna a personagem Madona, o filme não aborda questões de gênero, mas “um amor de alma”.

Disque 100

De janeiro a abril de 2011, o serviço Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, recebeu 378 denúncias de atos de violência, muitos praticados contra homossexuais.

A assessora especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, Nadine Borges, disse que houve um aumento dos registros contra esse segmento da população em 2011.

– A população já não se cala mais diante dessas injustiças – afirmou, adiantando que o governo federal vai lançar em novembro uma campanha de enfrentamento da homofobia em parceria com a Unesco.